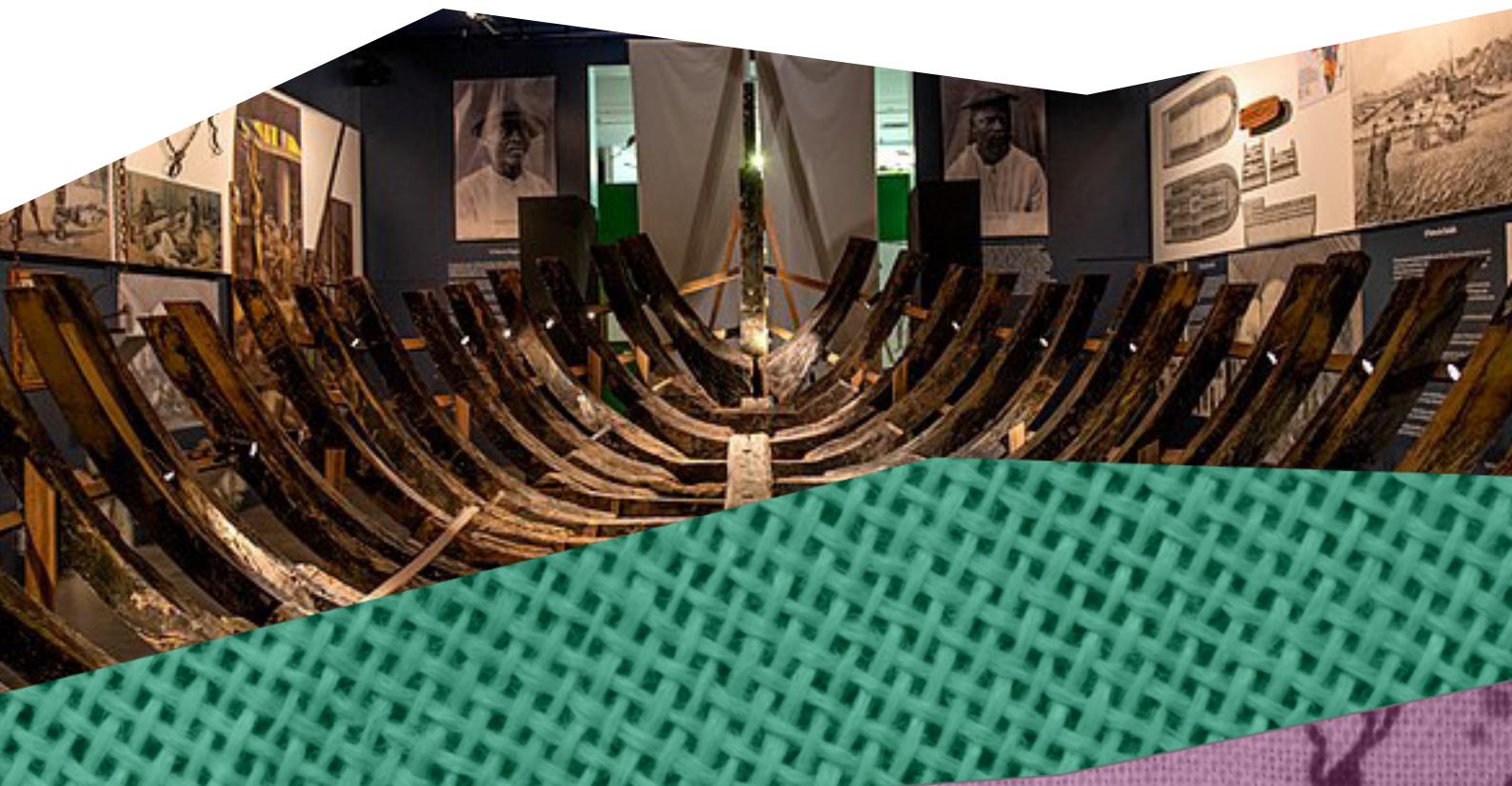




MÓDULO

O PECADO ORIGINAL

Plano de aula | 06



A lei para inglês ver

	Etapa	Anos Finais do Ensino Fundamental.
	Objeto de conhecimento	A lei que proibia o tráfico de pessoas, seu descumprimento e o processo de libertação de pessoas escravizadas no Brasil.
	Habilidades da BNCC	EF08HI16 - Identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado. EF08HI19 - Formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas.
	Tempo sugerido	2 aulas de 45 minutos.
	Recursos didáticos sugeridos (avaliar a realidade da escola)	Projetor. Biblioteca. Internet. Tarjetas. Textos impressos. Equipamento de som.
	Metodologia	Para o desenvolvimento da atividade, será utilizada a abordagem sócio-interacionista da linguagem e das interações entre si e com o outro.
	Avaliação	A avaliação indicada para ser utilizada nos planos de aula será a formativa, que se utiliza de rubricas que indiquem de forma reflexiva o grau de desenvolvimento das e dos estudantes, em uma abordagem sócio-interacionista.
	Objetivo de aprendizagem	Compreender as leis decorrentes da influência do Reino Unido, que contribuíram para o fim da escravidão e seus desdobramentos políticos, sociais e econômicos, analisando esse período histórico de forma crítica e reflexiva, estabelecendo paralelos com importantes leis atuais.

Etapas da atividade

01

Contextualização

CONTEXTO 1

O conceito de “lei para inglês ver” se refere a uma lei aprovada no Brasil em 1831 que, apesar de oficialmente **proibir o tráfico de pessoas escravizadas**, na prática funcionou apenas como uma fachada para atender à pressão britânica, sem efetivamente acabar com esse comércio.

CONTEXTO 2

A partir de 1831, o tráfico de pessoas escravizadas foi considerado ilegal e, portanto, constituía crime. Nessa proposta vamos discutir algumas leis do século XIX que ilustram as contradições e as complexidades do processo abolicionista no Brasil, que revelam as tensões entre interesses econômicos, políticos e morais da época, para estabelecer paralelos com a legislação atual.

Orientações

A parte inicial da dinâmica consiste em dois momentos. No primeiro, serão abordadas a chamada “lei para inglês ver” e algumas das leis que contribuíram para o fim da escravidão. No segundo momento, serão abordadas leis atuais que representam importantes conquistas de direitos da população negra.

Explique o conceito de “lei para inglês ver” e sua relação com o movimento abolicionista no Brasil.

Situe o período histórico em que foi aprovada essa lei, o contexto político no império e a pressão britânica contra o tráfico de pessoas escravizadas.

Apresente a projeção dos primeiros artigos da Lei de 1831 e o gráfico do desembarque de pessoas escravizadas no Brasil.

Na sequência, apresente o trecho do podcast – O pecado original (34:38 a 36:33).

Organize a turma em grupos e proponha a leitura do material “Leis que contribuíram para o fim da escravidão”, disponível em anexo.

Na sequência, distribua entre os grupos as tarjetas com algumas leis atuais, solicitando que pesquisem e apresentem à turma uma síntese dos principais pontos da legislação.

02

Problematização

Estimule a conversa a partir de algumas questões como:

Qual a relação possível de se estabelecer entre o texto da Lei de 1831 e o gráfico apresentado?

Quais foram as principais estratégias utilizadas pelas autoridades brasileiras para contornar ou ignorar a lei que proibia o tráfico de pessoas escravizadas?

As leis que se seguiram à Lei de 1831 também podem ser consideradas “leis para inglês ver?” Quais? Por quê?

Com relação às leis atuais que estão na tarjeta, você conhece os direitos que elas garantem?

Quais relações são possíveis de se estabelecer entre as legislações do infográfico e as leis atuais para enfrentamento da desigualdade racial?

Qual o papel das leis em um país? Quais fatores podemos levantar que configuram a diferença entre esses dois conjuntos de leis?

03

Sistematização

Organize a realização de uma pesquisa mais aprofundada sobre a lei que receberam.

O que a lei propõe e quais direitos ela busca assegurar?

Oriente cada grupo para que pensem em formas criativas de apresentar para a turma o resumo da lei que pesquisaram.

Em conjunto com a turma, construa uma nova linha do tempo, incluindo nessa construção todas as leis apresentadas juntamente com as estudadas no material inicial, além das que acharem importante incluir.



MATERIAIS COMPLEMENTARES

Podcast: O pecado original. Projeto Querino. Disponível em: <https://projetoquerino.com.br/podcast-item/o-pecado-original/>.

Apresentação com trecho da Lei de 7 de novembro de 1831 e gráfico do número de pessoas escravizadas que desembarcaram no Brasil.

Texto impresso com a linha do tempo das leis que contribuíram para o fim da escravidão (em anexo).



MATERIAIS E REFERÊNCIAS PARA APROFUNDAMENTO

Há 190 anos, Brasil ganhava primeira lei contra escravidão. Deutsche Welle. Terra, 2021. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/ha-190-anos-brasil-ganhava-primeira-lei-contra-escravidao,b27c604838667d699fc3b4839d42d43pnpehaa.html>.



OBSERVAÇÕES

O plano de aula também pode ser adaptado para diferentes modalidades de ensino:

Educação escolar quilombola ou indígena: refletir sobre a formação da população negra.

Educação especial: apoiar, complementar e suplementar o trabalho feito nas aulas regulares, observando o desenvolvimento das e dos estudantes em atendimento educacional especializado.

Educação escolar do campo: refletir sobre as contribuições da população negra, contextualizando o campesinato negro.

Leis que contribuíram para o fim da escravidão



1831 – Lei de 7 de novembro

Esta lei, também conhecida como Lei Feijó-Barbacena, foi assinada no Brasil em 1831, meses após a abdicação de Dom Pedro I, e tornava ilegal o tráfico de pessoas escravizadas. Ela resultou da pressão inglesa sobre o comércio escravagista do Brasil. Desde 1810, a Inglaterra já cobrava do Brasil um movimento para acabar com o tráfico de pessoas escravizadas.



1850 – Lei Eusébio de Queirós

Em 1850 foi promulgada a Lei nº 581, de 4 de setembro, conhecida como Lei Eusébio de Queirós. A dificuldade causada pela falta de ações efetivas do governo imperial levou a Inglaterra a instituir uma legislação (Lei Bill Aberdeen), equiparando o contrabando de pessoas à pirataria e concedendo amplos poderes à Inglaterra para reprimir o tráfico. O Ministro da Justiça, Eusébio de Queirós, propôs a lei que leva seu nome e que acabou com o tráfico de pessoas escravizadas no Brasil.



1871 – Lei do Vento Livre

A Lei do Vento Livre, publicada em 1871, legislava sobre as mulheres negras e sua prole. Ela propunha a libertação gradual das crianças nascidas do ventre de mulheres escravizadas. A “abolição gradual” era uma estratégia para não impactar diretamente o sistema produtivo e visava “manter a ordem social”.



1885 – A Lei dos Sexagenários

Publicada em setembro de 1885, essa lei, também conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe, continuava a “abolição gradual” em um esforço para conter o movimento abolicionista. Ela determinava libertar as pessoas escravizadas com mais de 60 anos de idade, em um período em que a expectativa média de vida da população no Brasil era muito mais baixa que isso.



1888 – Lei Áurea

O mais famoso ato legal do país é a Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. Ela possui apenas dois artigos:

Art. 1º: É declarada extinta, desde a data desta Lei, a escravidão no Brasil.

Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário.

Esses dois artigos não foram resultado apenas da pressão inglesa, nem só dos movimentos abolicionistas, que tiveram início no século XIX e se fortaleceram no final do mesmo século, mas também da grande resistência das pessoas escravizadas. A abolição, entretanto, não garantiu meios de subsistência às pessoas libertas, gerando grande desigualdade, que persiste até os dias de hoje.

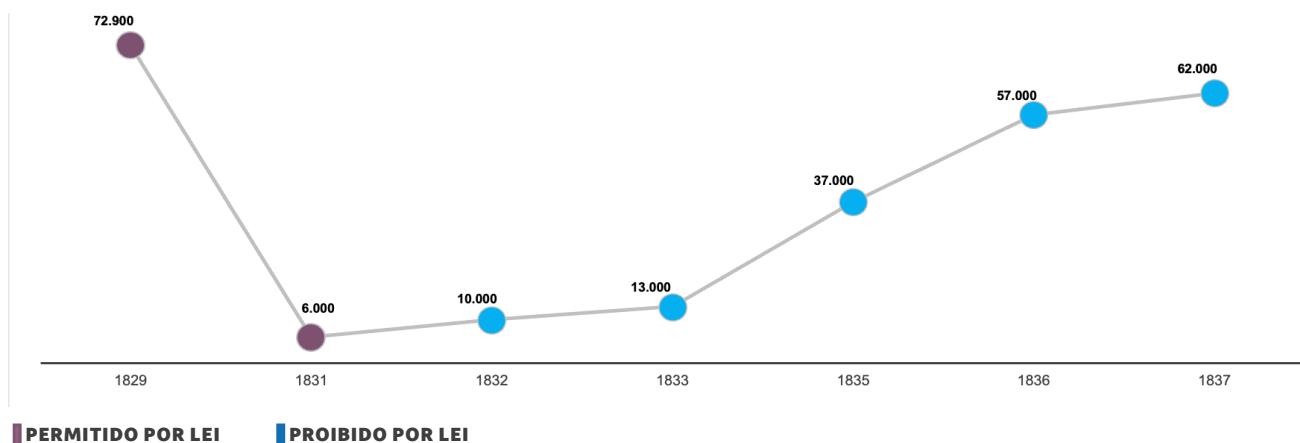
Após a abolição, já no século XX, outras leis surgiram e são importantes para a garantia dos direitos fundamentais, como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a Constituição Cidadã de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outras.

Algumas leis importantes para o combate à desigualdade racial

1. Constituição Federal (1988).
2. Lei nº 7.716/1989 - Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.
3. Lei nº 10.639/2003 - Altera a LDB, incluindo no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da presença da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”.
4. Decreto nº 4.886/2003 - Estabelece a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR).
5. Lei nº 11.645/08 - Altera a LDB, modificada pela Lei 10.639/03, e inclui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena em escolas de ensino fundamental e médio, públicas e privadas.
6. Lei nº 12.288/10 - Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
7. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 - Lei de cotas nas universidades.
8. Lei nº 12.990/14 - Institui a reserva de vagas em concursos públicos da administração federal para candidatos negros.
9. Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023 - Alterou a Lei nº 7.716/1989, alteração equipara a injúria ao crime de racismo.
10. Decreto nº 4.887/2023 - Garante os direitos sobre as terras quilombolas.

ANEXO 3

A Lei de 1831 e o tráfico ilegal de pessoas escravizadas



Pessoas traficadas desembarcadas no Brasil em números aproximados entre 1829 e 1837.
Autor: Slave Voyages, 2011.

REFERÊNCIAS DAS IMAGENS

Navio negreiro. Museu AfroBrasil, 2018. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Navio_negreiro_%28Museu_Afro_Brasil%29.jpg.

Pessoas traficadas desembarcadas no Brasil em números aproximados entre 1829 e 1837. Autor: Slave Voyages, 2011. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/>.

Anotações





Escola